

# ALFABETO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM ARTEFATO

ALFABETO: LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE UN ARTEFACTO

ALPHABET: THE SOCIAL CONSTRUCTION OF AN ARTIFACT

João Wanderley Geraldi\*

Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: Acostumados às assinaturas autorais a partir do capitalismo, esquecemos que ao longo da história muitos dos “produtos/instrumentos” que usamos resultaram da construção coletiva. São artefatos. Defende-se aqui que o alfabeto se inclui entre eles. E que sua apropriação é objeto de desejo e de poder, de modo que a apropriação do alfabeto está submetida aos jogos de poder e a conquista do direito à alfabetização também respondeu às necessidades dos sistemas produtivos e dos processos de urbanização decorrentes do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabeto. Artefato. Alfabetização.

RESUMEN: Acostumbrados a las firmas autorales del capitalismo, olvidamos que a lo largo de la historia muchos de los “productos/instrumentos” que utilizamos resultaron de una construcción colectiva. Ellos son artefactos. Argumentamos aquí que el alfabeto está incluido entre ellos. Y que su apropiación es objeto de deseo y poder, por lo que la apropiación del alfabeto está sujeta a los juegos de poder y a la conquista del derecho a la alfabetización también respondió a las necesidades de los sistemas productivos y procesos de urbanización derivados del capitalismo.

PALABRAS CLAVE: Alfabeto. Artefacto. Alfabetización.

ABSTRACT: Accustomed to authorial signatures from capitalism, we forget that throughout history many of the “products/instruments” we use resulted from the collective construction. They are artifacts. We defend here that the alphabet is included among them. And that its appropriation is an object of desire and power, so that the appropriation of the alphabet is subject to power games and the conquest of the right to literacy also responded to the needs of the productive systems and urbanization processes resulting from capitalism.

KEYWORDS: Alphabet. Artifact. Literacy.

---

\* Professor titular aposentado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Militante nos estudos envolvendo linguagem e sala de aula. Organizador da obra *O texto na sala de aula*, publicado nos anos 1980. Autor da obra *Portos de passagem*, publicada na década de 1990. Tradutor da obra de Robert Alt *Atlas de Imagens. História da educação e da escola*, publicado pela Pedro & João Editores em 2021. E-mail: [wgeraldi@yahoo.com.br](mailto:wgeraldi@yahoo.com.br).

## 1 O ALFABETO, UM ARTEFATO

Ao longo de seu desenvolvimento a humanidade dominou técnicas e construiu artefatos úteis à sua sobrevivência. Jean-Jacques Annaud imortalizou, em *A Guerra do Fogo* (1981), a passagem da simples coleta do fogo, produzido pela natureza, ao domínio da técnica de produzir o fogo. E esta passagem se dará precisamente quando do encontro de sujeitos de grupos distintos de *homo sapiens*. Significativamente o diretor faz se encontrarem um homem e uma mulher, e esta é quem domina a técnica desconhecida por aquele. Ela ensina. Ele aprende<sup>2</sup>. Neste episódio, é relevante salientar que o encontro com a alteridade é apresentado como fundamental para o desenvolvimento dos diferentes grupos humanos, desde seus primórdios<sup>3</sup>.

Aprender com o outro. Desde sempre, destino humano. E muito do que hoje produzimos, inclusive em escala industrial, tem origens em técnicas e artefatos cujas descobertas estão perdidas no tempo e para as quais não há assinatura porque foram sendo construídas. O prato em que comemos, os talheres que usamos, hoje podem ter assinaturas de fábricas que tem a “propriedade” do adjetivo, porque o substantivo é produto histórico. Um novo design, um novo formato, variações nos tamanhos dos pratos, tudo são acessórios a um artefato cuja produção foi sendo construída coletivamente.

Há, portanto, que distinguir entre o que é novo e com assinatura, e o que sustenta e tornou possível o novo. Reservo aqui a expressão “**artefato**” para estes muitos produtos da história e do coletivo, “sem assinatura”. Novos conhecimentos, novas técnicas, novos produtos, permanecendo, se tornarão artefatos com a diferença de que depois do capitalismo e da emergência da santidade da “propriedade privada”, estes terão origem e data de nascimento. Contudo, aqueles que fundam a possibilidade de existência humana, estes têm presença constante, mas seu nascimento não se deu num parto pontual, mas foram sendo construídos. História presente, não história perdida. Quando aprendemos a produzir vestes para sobreviver ao frio? Quando aprendemos a usar sementes e produzir o que antes apenas coletávamos? Formular perguntas como estas, “ingênuas”, talvez nos ensine que aprendemos juntos, com o tempo e no contato com os outros.

Também a construção dos vários sistemas de escrita é produto de um longo trabalho social e coletivo. É neste sentido que os considero como “artefatos” produzidos pela humanidade: produtos sem assinatura. O máximo de genealogia que lhes atribuímos é a região, nação ou povo que o criou ao longo do tempo. A única quase exceção é o alfabeto cirílico a que se atribui um criador, a dupla de missionários São Cirilo e São Metódico. Mas as demais “invenções do alfabeto” são construções míticas. Que sirvam de exemplo Cadmo, fundador de Tebas, que teria criado o alfabeto grego (com base no que teria trazido da Ásia) ou Nicostrata, legendária rainha, mãe do rei Evandro, fundador da cidade que deu origem a Roma. Nicostrata teria sido uma mulher letrada, conhecedora das letras gregas, que se tornou profetiza. Como anunciava suas profecias por versos (*carmen*), passou a ser chamada de Carmenta. A ela se atribui a invenção do alfabeto latino. A seu respeito, escreveu Giovanni Boccaccio (1361-1362):

Las figuras de las letras de dónde se hayan havido, asaz se muestra por lo dicho, que Carmenta las mostró a nuestros antepassados y antiguos venida de Arcadia a Ytalia. La qual se cree también havernos dado la primera simiente y los primeros fundamentos de la gramática, los quales con successión de tiempo los antiguos ensancharon mucho. A los quales fue Dios tan parcial que, quitada gran parte de la gloria a las letras hebráycas y griegas, toda la Europa con gran parte de muchas tierras usa quasi de las nuestras, con las quales resplandecen y luzen los libros de todas las facultades, y con ellas las fazañas y historias de los hombres, y los milagros de Dios se guardan para eterna memoria, para que por medio de su ayuda sepamos lo que ver no podemos. Con éstas embiamos a significar nuestros desseos, y fielmente recibimos los ajenos. Con éstas ayuntamos amistades con los que están lexos, y las conservamos respondiéndonos el uno al otro. Éstas nos describen y blasonan a Dios de la manera que blasonar se puede. Éstas nos designan y denotan el cielo y la tierra, la mar y todos los animales. Y no hay cosa possible que busques y quieras saber que velando y trabajando no puedas saber dellas. Enfin, por medio dellas lo que no podemos tener en la memoria nos es guardado con mucha lealdad. (BOCCACCIO, 1434, paginação irregular)

<sup>2</sup> Quem lembra do filme, sabe que ela lhe ensinou mais do que a técnica de fazer fogo: também lhe ensinou a amar.

<sup>3</sup> Há outro aspecto que merece relevo: ao retornar a seu grupo, o personagem, agora detentor de um saber, chega acompanhado por sua parceira e faz um longo discurso dirigido aos membros de seu grupo. Um saber que lhe dá poder, um poder que se exerce através do discurso, e não mais somente pela força.

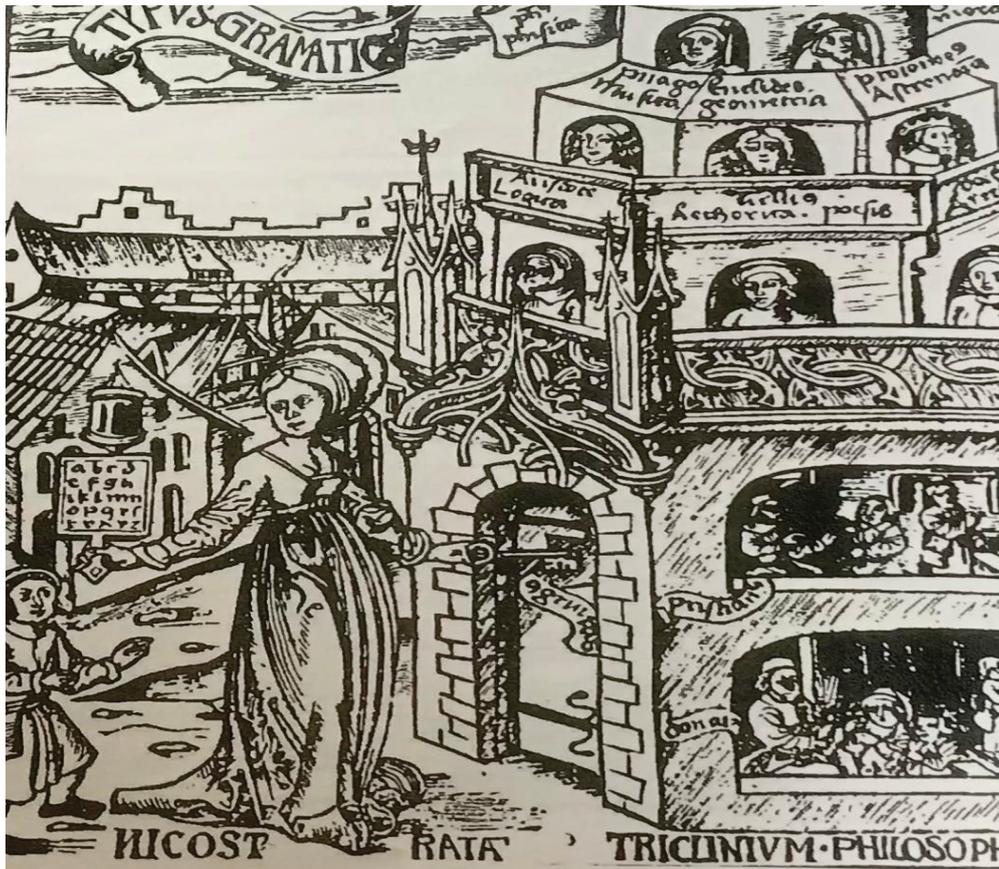


Figura 1: A importância do alfabeto como caminho necessário para a Torre da Sabedoria

Fonte: Robert Alt (2021, p. 116. Extraída de *Margarita Philosophica*)

Também nessas histórias míticas reencontramos o encontro com a alteridade: Cadmo inventa o alfabeto grego antigo a partir do que traz, supostamente, da Ásia; Nicostrata inventa o alfabeto latino a partir do que traz da Arcádia. Ainda que elas atribuam a uma personagem a invenção, esta invenção se lastreia em outras invenções, a mostrar que os diferentes sistemas de escrita se foram constituindo na história, sem que sua origem primeira possa ser especificada, como é impossível especificar o nascedouro dos artefatos que, mesmo modificados, permanecem entre nós.

Na figura aparece Nicostrata mostrando uma tábua do alfabeto, passo primeiro para a entrada na Torre da Sabedoria, e sobre esta imagem, escreveu Robert Alt: “O alfabeto abre para os quartos da gramática. Os primeiros conteúdos são aprendidos segundo o livro de Aelius Donatus (cerca de 350 d.C.); depois o aluno sobe para o segundo nível, onde se apropria, segundo Priscianus, dos conhecimentos gramaticais mais elevados. Agora segue para as outras seis artes livres” (ALT, 2021, p. 117).

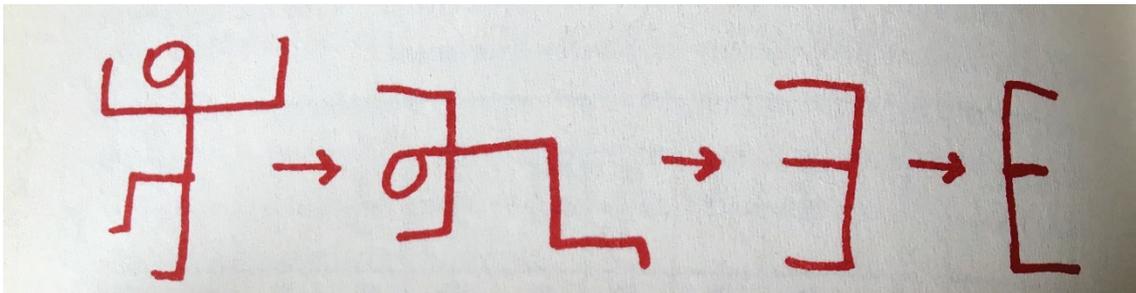
A longa citação de Boccaccio foi proposital: nela se especificam algumas das funções da escrita – por exemplo, a comunicação a distância, a acessibilidade aos conhecimentos registrados nos livros ou a possibilidade desta memória externa ao corpo, considerada por Yuval Harari (2011) como função primeira da escrita.

## 2 OS SISTEMAS DE ESCRITA

O processo de construção dos sistemas de escrita, em geral, resulta de uma análise da característica fundamental da linguagem: uma sequência de sons com sentido. E os sistemas construídos levaram em conta ora um lado, ora outro lado desta dicotomia som/sentido<sup>4</sup>. As escritas ideográficas teriam como pano de fundo os sentidos representados em “desenhos” (obviamente os sistemas de escrita ideográficos contemporâneos perderam esta relação representacional evidente)<sup>5</sup>.

As escritas cuneiformes, silábicas e alfabéticas teriam por pano de fundo o som. Como se trata de uma sequência sonora a que se dá um sentido, sua expressão gráfica, até chegar aos fonemas de uma língua, percorreu longo caminho. Um símbolo pode ter sido escrita de uma palavra (um sistema ideográfico); depois surgem os sistemas silábicos para chegarmos ao que conhecemos hoje, em que os sistemas de escrita remetem a unidades não referenciais ao exterior da língua: a diferença entre um e outro fonema é significativa no interior mesmo do sistema linguístico.

Marc-Alain Ouaknin (1997), partindo do alfabeto latino contemporâneo, estuda as origens de letra a letra, fazendo-as derivar de uma escrita ideográfica. Para realizar esse trabalho, a que deu o nome de “mistérios do alfabeto”, além de nos apresentar uma breve história da escrita, comparou inúmeros outros sistemas para estabelecer a origem de letra a letra. A letra A teria sua origem no desenho de um touro, de que sobrou mais tarde somente a cabeça e chifres, depois a simples representação dos dois chifres em posições diferente até chegarmos ao A, isto é, dois chifres formando um triângulo cuja base está deslocada para cima. A letra B proviria do desenho de uma casa, e assim sucessivamente. Tomemos como exemplo sua apresentação do processo de mudanças até chegarmos à letra E:



**Figura 2:** Percurso da Letra E

**Fonte:** Ouaknin (1997, p. 162)

Há que acrescentar, ainda pensando nos alfabetos, que as formas das letras nada têm a ver com os supostos sons que representariam – em princípio elas representariam o sistema fonológico de uma língua. Pode-se comprovar tal fato com os inúmeros “desenhos” gráficos para representar o fonema /a/: letras de imprensa e letras cursivas, maiúsculas e minúsculas; “letras de forma”; algumas das letras cursivas minúsculas podem fazer as vezes de maiúsculas, aumentando-se seu tamanho, além de todos os arabescos caligráficos imagináveis<sup>6</sup>.

## 3 A ALFABETIZAÇÃO

O domínio de um artefato construído com tamanho esforço histórico não poderia deixar de ser objeto de desejo e de poder: saber usar o sistema de escrita do seu povo representou sempre dispor de um poder, pertencer a determinado grupo. Não se pode atribuir

<sup>4</sup> Este jogo de construção dos sistemas de escrita nem sempre foram dicotômicos, ou o som como base, ou o sentido como base. Os hieróglifos egípcios, por exemplo, combinam representações logográficas, silábicas e alfabéticas (baseadas no som).

<sup>5</sup> Uma rápida consulta na internet permitirá conhecer diferentes sistemas de escrita, tanto ideográficos quanto alfabéticos.

<sup>6</sup> No meu processo de alfabetização, conheci as chamadas “letras pedagógicas” usadas pelas professoras no quadro-negro (como então chamávamos).

à existência do alfabeto a clivagem entre dois grupos – alfabetizados e analfabetos. Seria atribuir ao artefato ou a qualquer produto material ou imaterial o que é de natureza social. Não é o alfabeto que produziu a clivagem, a separação; foram as diferentes estruturas sociais que a produziram.

Por isso a alfabetização é, ao mesmo tempo, um rito de passagem e uma política social<sup>7</sup>. Esta é que reserva aquele a certos eleitos: somente eles poderão participar do rito, poderão alfabetizar-se. No longo processo histórico, e não sem lutas, os processos seletivos e excludentes foram se modificando, admitindo cada vez mais um maior número de sujeitos sociais ao rito de passagem.

Este rito depende crucialmente dos “sistemas de apropriação” disponibilizados pela sociedade. E esses sistemas também definirão as formas de inclusão do alfabetizado. Por isso a alfabetização é uma questão política. No começo da modernidade, a ampliação daqueles a quem a alfabetização deveria atingir se fez por razões religiosas.

Foi a Reforma de Lutero que introduziu a necessidade religiosa da alfabetização para que todos tivessem acesso à leitura da Bíblia, cujas traduções para as línguas faladas se inicia somente naquela época. No entanto, é preciso que se considere que essa leitura individual não era tão livre quanto parece: as pregações continuaram e as leituras, por elas, sempre foram orientadas<sup>8</sup>. E não é apanágio apenas dos reformistas a condução das leituras. O estudo de Carlo Ginzburg (1987) sobre o processo inquisitorial a que foi submetido Domenico Scandella, “conhecido por Menocchio”, demonstra o quanto o que se lê deve ser conduzido pela “leitura adequada”, e nos casos de infração ao estabelecido, as instituições muito rapidamente criam seus tribunais para reconduzir a leitura descaminhada ao aprisco dos sentidos canônicos.

E obviamente a imprensa de Gutenberg impulsionou o acesso aos textos escritos. Por isso se pode falar que, sem desconhecer que havia escrita cujo acesso era antes extremamente restrito, a alfabetização é uma questão moderna.

Se para Lutero era em função da leitura pessoal das palavras sagradas da Bíblia, para os príncipes que abraçaram a Reforma, a questão era extremamente política em função da libertação dos poderes da Igreja medieval, que lhes impunham não só contribuições e tributos, mas também a ordem social de subordinação do poder civil ao poder religioso. Não por acaso imperadores e reis eram “sagrados” por uma autoridade religiosa. Não por acaso a união entre um homem e uma mulher não abençoada por uma autoridade religiosa não só não tinha valor, mas era demoníaca, uma vida em pecado, como o demonstra Delumeau (2003).

Também o próprio desenvolvimento tecnológico acabou por impor aos capitalistas a necessidade de um tipo de inclusão no mundo da escrita: tornou-se necessário saber ler e contar para movimentar as máquinas, saber guardar produtos, saber reparti-los e, também, saber locomover-se nas cidades que muito rapidamente cresceram, concentrando a população de trabalhadores das fábricas.

A relação entre os objetivos políticos da sociedade e os processos escolares é bem conhecida. Praticamente todos os estudos de sociologia da educação o demonstram. E os processos de alfabetização não escaparam a estas influências: ilustrações de cartilhas demonstram a presença de orientações ideológicas explícitas, como a presença de bandeiras (incentivando o patriotismo), mas também implícitas, como o demonstram a seleção de textos trazidos à leitura, de que a obra *Coração*, de Edmundo d’Amicis é um exemplo paradigmático: ela foi largamente utilizada pelo fascismo italiano.

<sup>7</sup> Em *Alfabetização como rito de passagem*, defendo o ponto de vista de que o processo de aquisição da escrita corresponde a um rito de passagem, isto porque tais ritos tanto demandam dos sujeitos que por ele passam o preenchimento de condições explicitadas pelo rito, quanto exigem daqueles que submetem sujeitos sociais a este processo iniciático que os recebam em seu seio depois de cumpridas as condições impostas. Por isso a alfabetização corresponde a uma política social, e muito frequentemente à iniciação esta política não faz corresponder um pleno acesso ao mundo da escrita. Cf. Geraldí (2021).

<sup>8</sup> O mesmo fenômeno encontramos em nossos tempos: os neopentecostais carregam consigo a Bíblia, citam-na em todas as circunstâncias da vida, mas os sentidos que atribuem não é algo construído por uma reflexão própria, cotejando outros textos, mas aqueles que aprende na sua Igreja.

Se a construção social dos alfabetos sempre se deu na relação com a alteridade, também sua apropriação demanda a mediação do outro. Como em todos os ritos de passagem, o percurso se faz acompanhado. Se no batismo, há um padrinho, na alfabetização há um(a) professor(a)<sup>9</sup>. Quem aprende é o alfabetizando(a) que entra em relações pedagógicas com o alfabetizador(a). Todas as discussões sobre o alfabetizar se dão precisamente sobre as formas desta mediação. Aqui, apenas salientamos que ela não se dá de forma descontextualizada das relações políticas e, por isso mesmo, das relações de poder.

Dessas relações há inúmeros registros. Robert Alt (2021) nos traz uma tradução de uma tábua de escrita cuneiforme (quase 2000 anos a.C) que a desvela. Como diz o autor, uma história da escola poderia ser escrita a partir desses achados<sup>10</sup>. Eis o que diz a tábua:

- Filho da casa de tábuas (escola), para onde você caminhou desde os seus primeiros dias?
- Andei na casa de tábuas.
- Que fez na casa de tábuas?
- Eu li minha tábua, tomei café da manhã, fiz uma nova tábua, nela escrevi e terminei. Depois eles determinaram o meu trabalho oral, e à tarde determinaram o meu trabalho de escrita. Quando a casa de tábuas fechou, voltei para casa e lá vi meu pai sentado. Conte para o meu pai do meu trabalho escrito, depois eu li minha tábua para ele; meu pai ficou contente com isso... me dê água para beber ... me dê pão para comer ... e eu quero dormir imediatamente. De manhã bem cedo me acordei porque não queria me atrasar para ir à casa de tábuas, porque o meu mestre me bate se eu chegar atrasado. (ALT, 2021, p. 31)

Chama atenção, nesta passagem, que as referências ao que efetivamente se fez – o que se escreveu, o que se leu, quais foram as atividades de escrita e de oralidade propostas – é sempre vaga, vazia. O mesmo “fenômeno” se encontra nos textos dos estudantes que Suzanne Mollo (1978) analisa em sua pesquisa.

Assim, em estruturas sociais excludentes, uma alfabetização ou letramento contextualizado à situação que não tenha por objetivo a compreensão crítica da vida que se vive e da exploração que se sofre, mas somente o preparo para que o alfabetizado responda às demandas que lhe são feitas, numa perspectiva pragmática de adequar-se ao já dado, é uma política também ela de exclusão. Uma coisa é o processo de alfabetização partir do conhecido para ultrapassá-lo como propõe Paulo Freire e seus seguidores; outra coisa totalmente distinta é “alfabetizar” para que o assim letrado se adeque às exigências sociais que o levaram ao próprio processo de alfabetização. Se pensarmos com Paulo Freire, a alfabetização do oprimido não se faz para que ele permaneça oprimido, mas para que se liberte da opressão<sup>11</sup>.

## REFERÊNCIAS

ALT, R. *Atlas de Imagens*. História da educação e da escola. Tradução, introdução e notas de Bernd Fichtner e João Wanderley Geraldi. São Carlos : Pedro & João Editores, 2021.

BOCCACCIO, G. *De las mujeres 8714lustres em romace*. Trad. para língua espanhola. Zaragoza, Paulo Hurus Zaragoza e Alemán de Constanca, 1494. Originais de 1361-1362.

DE AMICIS, E. *Coração*. 49. ed. Trad. João Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960 [1886].

<sup>9</sup> Muitas vezes, pais afirmam que seus filhos aprenderam a ler sozinhos! Como se o convívio com a escrita na família, como se a presença do adulto que acompanha a criança não fosse um processo de mediação!

<sup>10</sup> Penso na possibilidade de escrever uma história da escola a partir de anotações dos seus estudantes. A literatura já nos legou vários romances que trazem a escola para seu enredo, entre eles o clássico *O Atheneu*, de Raul Pompeia; *Menino Felipe*, de Afonso Schmidt; *Um menino vai para o colégio*, de Cyro Martins. Há também o trabalho de Flávio Aguiar, *A escola e a letra*, em que o crítico nos traz como a escola aparece nas letras, mas ainda nos falta uma pesquisa que traga a voz dos alunos e o que dizem da escola enquanto a frequentam. Maria do Rosário Mortatti, em sua tese de doutorado (1991) posteriormente publicada em livro pela Editora da Unicamp, utilizou seu próprio material escolar – cadernos, anotações, etc – já traz elementos de uma história possível.

<sup>11</sup> Paulo Freire afirma mesmo que caberá ao oprimido libertar o próprio opressor da opressão.

DELUMEAU, J. *O pecado e o medo. a culpabilização no Ocidente (séculos 13-18)*. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: Editora da Univ. Sagrado Coração – EDUSC, 2003.

GERALDI, J. W. Alfabetização como rito de passagem. In. CORTESÃO, L.; AMORIM, J. P. (org.) *Novos tributos para a leitura da obra de Paulo Freire - Novos tributos a Paulo Freire*. Porto: Afrontamento, 2021.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso e trad. de poemas por José Paulo Paes. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HARARI, Y. *Sapiens. Breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MOLLO, S. *Os mudos falam aos surdos – o discurso das crianças sobre a escola*. Trad. Isabel Brito. Lisboa: Editorial Estampa, 1978 [1977].

OAUKNIN, M.-A. *Les mystères de l'alphabet – L'origine de l'écriture*. Paris: Éditions Assouline, 1997.



Recebido em 21/03/2022. Aceito em 25/04/2022.